



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1.978.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcinó Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Fabiano Braga Côrtes e Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei nº 135/77, que dá nova redação ao Art. 171 da Lei nº 6174, de 16-11-70 — (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado) — (adicionais aos 25 (vinte e cinco) e 30 (trinta) anos de serviços prestados).

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1.978.

(a) Ezequias Losso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido a 4 do mês em curso, do Sr. José Ambrósio Dias, genitor do Dr. Rafael Dias, Dr. Manoel Dias, jornalista José Dias, jornalista Daniel Dias, Josué Dias, Elvira Dias de Castro, Vani Dias Miranda e Elzira Alves dos Santos.

O acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana, onde o ilustre homem de negócios gozava de vasto círculo de amizade.

Outrossim, requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1.978.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, se oficie ao Sr. Diretor da 6ª Região do Banco do Brasil, DICAPE, Cel. Walter Peraque Barcelos, solicitando urgência na instalação da já criada e construída agência de Santa Izabel do Ivaí, fato que virá de encontro aos altos interesses regionais e que é aguardada com interesse e expectativa.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1.978.

(a) Gabriel Sampaio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, consubstanciado em PROTESTO pelo irrealismo das medidas aprovadas recentemente em benefício da cafeicultura; e de apelo no sentido de que Sua Excelência determine a reabertura dos debates entre o Governo e os produtores e comerciantes de café, visando o estabelecimento de uma política melhor definida e mais permanente para a cafeicultura.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1.978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

De modo geral, os homens ligados à cafeicultura paranaense receberam as decisões da reunião de cúpula realizada no Palácio do Planalto, como uma "gozação" do Governo sobre os produtores e comerciantes de café. O Sr. Périco Fabian, "expert" em café, radicado na cidade de Nova Londrina, por exemplo, afirma que "melhor seria que o Governo tivesse deixado tudo como estava, porque assim, pelo menos, não teria ofendido os cafeicultores."

Declarou ainda que a grande desgraça, entre outras, é a malfadada política do IBC no Exterior, realizada em clima de azedume. Disse ainda, que "sobre a elaboração de uma nova filosofia de negociação para o nosso café na exportação, nada se anunciou, e quanto às medidas adotadas, foi uma brincadeira de profundo mau-gosto, que não justifica a sofisticada "suspense" armada em torno do Encontro".

Em dosagem resumida, dos contatos que mantivemos, concluímos que:

I — Sobre os novos preços de garantia, a realidade é que não chega a 2% (dois por cento) o número de cafeicultores brasileiros que produzem o café despulpado. A bem da verdade, a maioria dos produtores e comerciantes, nem conhecem o tipo, que atualmente é racionalmente produzido no Sul de Minas e na região da Mogiana em São Paulo. O café despulpado tem sido usado especialmente para semente, e quem o tem não vende por menos de sete mil cruzeiros a saca. Como três mil cruzeiros a saca, e ainda para o tipo 2, se para produzi-lo se gasta bem mais do que isso? — Para o produtor que deixou de vender o seu café em julho do ano passado a dois mil e quatrocentos cruzeiros a saca, por culpa da desinformação e inconsistência da política do Sr. Emílio Calazans; esse café em razão da corrosão inflacionária, juros, seguro, armazenagem e outras despesas, já está

custando ao produtor dois mil cruzeiros por saca. A dois mil e quinhentos cruzeiros, descontando ICM, Funrural e outras, o produtor irá receber menos de dois mil cruzeiros, e a partir de 1.º de julho.

Se o Governo pretendia realmente beneficiar, o que a cafeicultura esperava é que pelo menos o tipo cinco do café comum fosse garantido a três mil cruzeiros a saca; o tipo sete em dois mil e quinhentos cruzeiros e o tipo seis em torno de dois mil e oitocentos cruzeiros, pois são exatamente os tipos seis e sete os que a cafeicultura brasileira tem produzido.

II – A compra do café tipo sete pelo IBC a dois mil cruzeiros não provocou motivação nenhuma. O que se esperava é que o preço chegasse a pelo menos dois mil e quinhentos cruzeiros a saca.

III – O término do “Programa de Suprimento do Mercado Interno Vinculado à Exportação”, das medidas é realmente a única que merece aplausos, não obstante chegue tardiamente, pois ela provocou prejuízo e injustiça.

IV – A elevação dos financiamentos destinados à comercialização para um mil e quinhentos cruzeiros por saca, é pequena. Continua esse setor sofrendo uma política de retrocesso. Em outros tempos o Governo chegou a financiar até 80% (oitenta por cento) do preço de garantia que o produtor recebia, e dessa forma a cafeicultura esperava que o Governo determinasse.

V – O aumento dos níveis de financiamento para custeio das lavouras de café é uma decisão óbvia, a não ser que plantar café fosse um ato criminoso.

A realidade é que a cafeicultura permanece desestimulada.

A inabilidade do IBC na instável comercialização do café tem dado autênticos golpes nos produtores e maquinistas. A região de Nova Londrina, atualmente possui em torno de cinco milhões de pés de café, e precisa ampliar as suas lavouras. A adoção de política progressista por parte governamental, é fundamental ao estímulo produtivo. No embalo da esperança, Nova Londrina, que polariza seis municípios, vendeu pouco café, cujo estoque atual deve ultrapassar trinta mil sacas, armazenadas na cooperativa, nas máquinas e com os próprios produtores. A inconveniente política de venda do IBC provocou a estocagem, e a região deixou de vender o café nas melhores épocas. Perdeu por não comercializar e perdeu também por ter vendido grande parte a um mil, novecentos e cinquenta cruzeiros a saca, por não possuir condições de manter os financiamentos, pressionados pelos bancos. A estimativa é de que a região deixou de ganhar mais de quinze milhões de cruzeiros.

É incompreensível a atitude do Sr. Governador Jayme Canet Júnior no episódio. Produtor e comerciante de café há décadas, o Governador do Estado não traduziu os anseios e os sofrimentos do cafeicultor paranaense. Dos cafeicultores ouvimos, que o Sr. Governador foi passear em Brasília, omitiu-se e traiu a cafeicultura do Paraná ao aceitar passivamente a inexpressividade das medidas adotadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado, em nome do Governo do Estado, veemente apelo ao Ministério da Saúde, a fim de que aquele Ministério determine a Suplementação na base de 30% (trinta por cento) das verbas orçamentárias, destinadas ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, para o Estado do Paraná, a fim de que aquele órgão federal, possa melhor atender a situação calamitosa e angustiante por que vem passando os pequenos e médios agricultores paranaenses, em razão da longa e persistente estiagem

por que vem sofrendo a agricultura do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1.978.

(a) Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde, veemente apelo no sentido de que a verba orçamentária para 1.978, destinada ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, para o Estado do Paraná, seja suplementada em 30% (trinta por cento) do seu valor total, a fim de que aquele órgão federal possa melhor atender a situação calamitosa e angustiante por que vem passando os pequenos agricultores paranaenses, em razão da longa e persistente estiagem por que vem sofrendo a agricultura do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1.978.

(a) Gilberto Carvalho.

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 36/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica denominado “Viaduto Theófilo Ferreira Loyola”, o viaduto sobre o trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1.978.

(a) Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de justa homenagem que se presta a Theófilo Ferreira Loyola, pois o mesmo desde jovem passou a residir em Palmas, onde exerceu cargos públicos que o dignificaram. Cidadão honrado, prestou relevantes serviços à comunidade de Palmas, sendo muito benquisto e estimado por seus atos de humanidade e justiça. Estas as razões por que apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Pedro Rossoni, DD. Prefeito Municipal de Contenda.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “O discurso de aceitação da candidatura presidencial, pronunciado pelo General João Baptista Figueiredo, é uma peça da mais alta importância para definir os rumos da Nação Brasileira.

Os revolucionários, somos democratas por vocação e nos sentimos reconfortados com a afirmativa de sua Excelência de que “estamos muito mais próximos da meta democrática e lá chegaremos”, porque a Revolução de 31 de março de 1964 tem um “ideário de inspiração, essencialmente democrática.”

Neste sentido o General Figueiredo foi claro ao definir que “teremos de encontrar medidas que compatibilizem a liberdade do indivíduo com a segurança da sociedade.”

Reconheceu o candidato presidencial da Arena, a evidência de nossos dias, de que setores sociais organizados têm influência e responsabilidade sobre o destino comum, porque co-participam da gestão plural da sociedade, corporificada no Estado. O apelo feito para que tais segmentos assumam a sua parte, foi o seguinte:

"Aos trabalhadores, pleiteando melhores condições de vida, mas cômicos de que só o aumento da produtividade pode ensiná-las;"

"Ao empresariado rural e urbano, dando alcance social e integracionista a seus investimentos;"

"Aos profissionais liberais — empregadores e associações — buscando o bem da comunidade e do indivíduo, ademais da defesa de seus próprios interesses;"

"Aos homens de comunicação da massa, exercendo seu papel de veículos de cultura e de informação dentro dos padrões de verdade, conveniência e moralidade;"

"Aos intelectuais, dirigindo sua imaginação criadora para o crescimento cultural e político da sociedade;"

"Aos estudantes, retribuindo ao privilégio que não alcança a todos, e potencializando o investimento da Nação, pelo aproveitamento no aprendizado que elevará a qualidade profissional"

"A educadores e mestres, contribuindo para ensino mais realista, profissionalizante e de conteúdo humanístico;"

"As confissões religiosas, aplicando dedicação, sabedoria e experiência seculares na promoção do homem, com superação do recurso destruidor da luta de classe;"

"Aos funcionários públicos, dando dimensões de ideal à disciplina, à hierarquia e ao apostolado da integridade nacional."

O futuro governante faz seu apelo, mas não hesita em proclamar que, "eleito, assumirei com determinação minha parcela de responsabilidade, cotado à valorização maior do homem brasileiro e à prevalência do interesse nacional."

Com efeito, não tem sentido apelar-se para a Democracia, sem reconhecer, como os mestres nos ensinaram, que o regime do auto-governo depende do esforço, do auto-sacrifício, de cada grupo social, para permitir que o pacto social seja operado com harmonia e equilíbrio, buscando se elevar, pelo aprimoramento de seus membros.

Neste sentido, não deveremos tolerar os privilégios, mas lutar para que seja proclamada a Justiça Social por meta do regime democrático brasileiro. E não hesitamos em afirmar que reconhecemos, no cidadão brasileiro, a maturidade suficiente para o exercício pleno da Democracia, porque acreditamos nos valores morais que embasam a nacionalidade.

No entanto, tudo deverá ocorrer com a devida salvaguarda para que não fique comprometida a ordem e a paz que permita a continuidade do progresso e desenvolvimento do País.

Estamos seguros de que em tempo breve o Brasil retomará o caminho da normalização institucional plena e acabada. E fazemos votos para que o próximo período presidencial seja de harmonia e prosperidade, para que o Brasil possa encaminhar-se a passos largos para o bem-estar de seus filhos e a sua grandeza nacional."

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fideleto Tolentino. (Ausente) —

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. (Ausente) —

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, após retorno de uma de nossas viagens para o interior do Estado, nós remetemos a S. Ex^a o Presidente da República, o General Ernesto Geisel, telex, onde Srs. Deputados, nós traduzimos o clamor, o desespero, a apreensão da nossa região agrícola, em razão da incapacidade da política do Governo, no setor econômico e no setor agrícola. E fustigada por uma estiagem trágica, os problemas se ampliavam de forma muito grave.

Na oportunidade, Srs. Deputados, nós chamávamos, alertávamos ou melhor, o Governo para um problema que nos foi denunciado por companheiros da cidade de Itapejara, em cuja cidade pairava uma apreensão sobre a situação dos "bóias frias" daquele município que sem pão e até sem água, poderiam estar dispostos a ameaçar a cidade.

Posteriormente, Srs. Deputados, nós observamos um pronunciamento de demais companheiros sobre o problema que invade a nossa agricultura.

O Deputado Luiz Alberto de Oliveira propôs, inclusive, a manifestação desta Casa junto ao Governo Federal, sugerindo à Nação, por parte daquelas autoridades, de uma série de medidas que evidentemente viriam amparar, atender e fazer um pouco de justiça ao nosso agricultor.

E ontem, Srs. Deputados, S. Ex^a o Deputado Lázaro Dumont, lançava o clamor da região agrícola do Paraná, sobre a problemática que envolve o trabalhador volante deste Estado. Dando ressonância à nossa apreensão e alertando o Governo para que medidas com emergência possam ser tomadas no sentido de garantir a segurança do Estado até, e mais do que isto, de profundo alcance social, para amparar o trabalhador volante deste Estado.

E o Deputado Lázaro Dumont citou uma cifra realmente de nos deixar atônitos, de hum milhão de trabalhadores volantes.

A par disso, Srs. Deputados, esse final de semana nós permanecemos no noroeste do Estado, na região de Paranavai, Rolândia, Querência do Norte, Santa Izabel, Nova Londrina, Diamante do Norte, Terra Rica e lá debatemos principalmente o problema que envolve a nossa agricultura naquela região do Estado.

Querência do Norte, por exemplo, que é o município bastante produtor de algodão, está completamente desiludida nesse setor, da nossa produção. Inclusive, quase toda a safra ainda se encontra estocada aguardando uma medida governamental mais realista para o setor.

Os produtores de algodão daquela região, Srs. Deputados, nos pediram que procurasse sensibilizar esta Casa, para que em nome do povo do Paraná possam gestionar, junto ao Governo Federal que se consiga ainda um preço na ordem de cento e cinquenta cruzeiros a arroba de algodão, para a atual safra que ainda se encontra, quase toda ela, armazenada.

E nós, aqui da tribuna, interpretando os sofrimentos, os anseios de nossos trabalhadores, pretendemos colocar à apreciação dos Srs., o requerimento a respeito e merecer, da Assembléia Legislativa do Paraná, a luta para que se consiga esse benefício e esse melhoramento. Caso contrário, o desestímulo produtivo haverá de envolver ainda mais a nossa plantação de algodão que já se encontra abalada em razão desse preço mínimo injusto, insensível, estabelecido pelo Governo Federal.

A realidade, Srs. Deputados, é que é preciso que o debate, o diálogo, seja restabelecido, seja reaberto, entre o Governo e as classes produtoras, o Poder Executivo, e principalmente, o Parlamento possa se ocupar do assunto. Porque, o irrealismo que provocou a política agrária e econômica deste Governo está levando o Brasil realmente para a estagnação e até ao caos.

Não é possível se admitir que um Estado como o nosso, onde se observa, se nota e se comprova que o Chefe do Poder Executivo está omisso, distante e desconsentido para o problema, os legítimos Representantes do povo, os Srs. Deputados, também sigam os mesmos maus exemplos de S. Ex^a o Governador Jayme Canet Júnior.

A situação está a tal ponto de irrealismo, de permissividade, de libertinagem e injustiça, que temos em mãos o recorte de uma publicação, a mando do Fórum da cidade de Maringá, inserida no "O Jornal" do dia 7 deste mês, quando o Juiz Sidney Mora faz saber do Edital de Arrematação expedido

nos Autos 1.075/77, onde se propõe o leilão da propriedade de um agricultor daquela região.

E por incrível que pareça, uma propriedade de vinte alqueires, avaliada em um milhão e seiscentos mil cruzeiros, pasmem, Srs. Deputados, as diversas cédulas rurais conseguidas junto ao Banco do Brasil, para essa propriedade, penhorando a terra, o cereal produzido, atinge a quase três milhões de cruzeiros.

E apesar do sofrimento que invade a agricultura paranaense, recebemos a visita do Ministro da Fazenda, e somos obrigados a contemplar nos jornais, uma declaração do Sr. Mário Henrique Simonsen, dizendo o seguinte:

— O cargo de Ministro da Fazenda, é um dos menos desejáveis que há no mundo. Isto após a crise do petróleo. E S. Ex^a acusou a agricultura de ter pressionado a alta geral de preços.

Realmente, Srs. Deputados, de um lado o nosso produtor agrícola, o rurícola brasileiro, e especialmente o agricultor do Estado do Paraná, abandonado à própria sorte, sendo vítima de uma política agrária e econômica, que ninguém consegue entender, como se fôra uma teia de aranha, a lhe conceder determinados financiamentos através de uma formulação misteriosa, esquisita, incrível, que vai aos poucos lhe tomando a sua propriedade, tolhendo a sua flexibilidade de trabalho, e provocando ...

O Sr. Lúcio Machado — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — ... a terrível e gravíssima situação rurícola que graça em nosso Estado, em nosso País, e que tende agravar-se de forma realmente preocupadora e grave. Já concederei o aparte ao eminente Deputado.

De forma, Srs. Deputados, que a nossa presença na tribuna, sem ter realmente o brilhantismo que deveria ter, para que pudéssemos nós trazer o protesto e o clamor que a nossa agricultura merece, ela pudesse, efetivamente, sensibilizar esta Casa para debater, estudar e lutar para que melhores dias pudesse ter a agricultura paranaense.

Em dosagem resumida dos contatos que nós mantivemos recentemente com os agricultores da região de Nova Londrina e de Maringá, pudemos entender, Srs. Deputados, que a agricultura recebeu as medidas adotadas pela reunião de cúpula efetuada no Palácio do Planalto recentemente, por convocação do Sr. Presidente da República, uma verdadeira "gozação" em cima da cultura daquela região.

Quando se esperava uma melhora real nos preços do café produzido pelo Paraná, ou, que pelo menos, da reunião, saísse o enfoque de uma nova filosofia de comercialização do nosso café no exterior. O que se viu, foi o estabelecimento de preços de garantia para o café, de uma forma realmente impraticável.

Realmente, tem razão o cafeicultor que declarou que nada adiantaria o Governo fixar o preço da saca da soja, a dez mil cruzeiros, e, exigir que o sojicultor produzisse soja pararar. É exatamente o que acontece com a fixação do preço de garantia do café a três mil cruzeiros, quando o Governo exige, para isto, o café exportado tipo dois, ou, dois mil e oitocentos cruzeiros para o três, e dois mil e setecentos cruzeiros para o tipo quatro, quando todos nós sabemos a maioria até, dos cafeicultores do Brasil desconhece o café despulpado.

De forma que, Srs. Deputados, o desalento da cafeicultura permanece e deve continuar, e, o desestímulo, a invadir o aumento das nossas lavouras de café, tão necessárias para se combater, principalmente, o desemprego rurícola que provocou uma denúncia tão triste e desastrosa como a que fez, ontem, o Deputado Lázaro Dumont.

Nós pretendemos, com isto, Srs. Deputados, propôr um requerimento dirigido ao Presidente da República, levando a voz do povo paranaense, porque, não se sentiu, efetivamente, a voz do Paraná, na participação de Sua Excelência o Gover-

nador Jayme Canet Júnior, que, segundo os agricultores do Noroeste do Estado, o Sr. Governador que, pelo menos aquela região via e sentia nele um entendedor de café — pelo menos isso — tal não comprovou. Uma atitude realmente incompreensível, a de Sua Excelência!

Produtor e comerciante de café há decênios, o Sr. Jayme Canet Júnior não traduziu, realmente, os anseios e os sofrimentos do cafeicultor paranaense.

Sua Excelência, se fez alguma coisa em Brasília, foi turismo! Foi passear na Capital da República, e omitiu-se, e traiu realmente a cafeicultura do Paraná, ao aceitar passivamente a inexpressividade das medidas que foram adotadas.

Com a aprovação dos Srs. Deputados, nós desejamos que seja levada a voz da cafeicultura paranaense, principalmente ao Sr. Presidente da República que não ouviu o que deveria, por dever, por obrigatoriedade, por conhecimento, por vivência, por respeito, por compromisso aos paranaenses, não ouviu o Sr. Presidente da República, da voz do Governador do Estado.

Com a aprovação do Plenário, desejamos que esta Casa officie ao Governo Central levando o nosso protesto pelo irrealismo das medidas aprovadas recentemente e que o Governo disse ser em benefício da cafeicultura, e também pretendemos que esta Casa formule apelo ao Sr. Presidente, para que ele possa determinar a reabertura dos debates entre o Governo, produtores e comerciantes de café visando estabelecimento de uma política melhor definida e mais permanente para a cafeicultura.

Justificando a nossa proposição, Senhores Deputados, além do que dissemos nessa tribuna, nós pretendemos fazer S. Ex^a, o General Ernesto Geisel compreender que de modo geral, os homens ligados à cafeicultura paranaense, receberam aquelas decisões da reunião de cúpula, realmente como uma brincadeira do Governo sobre os produtores e comerciantes de café. Nós trazemos aqui as afirmativas do Sr. Fabian, "expert" de café, radicado na cidade de Nova Londrina, que afirma, por exemplo, Senhores Deputados, que melhor seria que o Governo tivesse deixado tudo como está porque assim pelo menos, não teria ofendido aos cafeicultores. Ele afirma ainda, que a grande desgraça entre outras, é a malfadada política do IBC no exterior, realizada em clima de azedume.

Disse ainda, que sobre a elaboração de nova filosofia de negociação ao nosso café na exportação, nada se anunciou; que quanto às medidas adotadas realmente foi uma brincadeira de profundo mau-gosto que não justifica a sofisticada suspense armada em torno do encontro.

Sobre os novos preços de garantia, a realidade é que não chega a 2% (dois por cento) o número de cafeicultores brasileiros que produzem café despulpado.

E, atualmente é de forma racional produzida na região do sul de Minas Gerais e na região do Estado de São Paulo.

O café despulpado tem sido usado quase especialmente para semente e quem tem não vende por menos de sete mil cruzeiros a saca e o Governo arma uma reunião panfletária, dessas, para fixar em três mil cruzeiros, e ainda para o tipo dois, porque o café despulpado de qualidades inferiores é menor a saca e para produzi-lo, o café despulpado se gasta mais do que isso. Para o produtor que deixou de vender o café em julho do ano passado, a dois mil e quatrocentos cruzeiros a saca, por culpa da desinformação e inconsistência da política do Sr. Emílio Calazans, que nós aqui já requeremos a voz do Paraná junto ao Governo Central, para que esse Presidente fosse demitido, substituído por uma autoridade realmente entendedora do assunto, que pudesse ter amizades, inclusive, além de vivência na cafeicultura, além de conhecimento no exterior para poder vender bem o nosso café.

E além disso, a corrosão inflacionária, juros, seguro, armazenagem, esse café que aí está, que o Governo vem agora fixá-lo em dois mil e quinhentos cruzeiros, já está custando

ao produtor dois mil cruzeiros a saca. É claro que se descontando o ICM, Funrural e outras taxas, esse novo preço de garantia, o produtor vai realmente receber até menos de dois mil cruzeiros a saca.

Afirmam ainda os agricultores, que se o Governo pretendia realmente beneficiar, o que a cafeicultura esperava, era, pelo menos, o tipo cinco do café, que fosse fixado a dois mil cruzeiros. O café comum, o tipo sete, a dois mil e quinhentos, o tipo seis a dois mil e oitocentos, dois mil e setecentos cruzeiros, que são realmente os dois tipos de café que a cafeicultura produz, que o Paraná produz.

A compra de café tipo sete, fixada, agora, pelas nossas autoridades, a dois mil cruzeiros, não provocou, realmente, motivação nenhuma. O que se esperava, é que o preço chagasse a, pelo menos, dois mil e quinhentos cruzeiros, a saca.

Quanto ao término do programa de suprimento do mercado interno, foi a medida terceira adotada pela reunião da cúpula do café, vinculada à exportação, e é uma das medidas, é, realmente, a única que merece aplausos, não obstante ela chegue tardiamente, pois provocou, realmente, muitos prejuízos e injustiças.

A elevação dos financiamentos ...

(TIMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) A Presidência informa V. Ex^a, eminente Deputado, que o horário que V. Ex^a dispunha, na tribuna, já se esgotou; e, lhe concede dois minutos, para concluir.

O SR. ENÉAS FARIA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA – Para transferir o tempo reservado à Liderança ao Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Regimentalmente, a Presidência defere e concede ao eminente Deputado Valter Pietrângelo os quinze minutos reservados à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Como nós falávamos, Sr. Presidente, a elevação dos financiamentos destinados à comercialização, para um mil e duzentos cruzeiros, a saca, realmente, é pequena. Vai esse setor continuar sofrendo uma política de retrocesso. Em outros tempos e, também, em outros governos, a atitude governamental chegou a financiar até 80% (oitenta por cento) do preço de garantia que o produtor recebia. E é dessa forma que a cafeicultura esperava que o Governo determinasse. O aumento dos níveis de financiamento para custeio das lavouras de café, não justificam o alarde; é uma decisão óbvia, ululante, inclusive, a não ser que plantar café fosse considerado, pelo Governo, um ato criminoso. Mas, Srs. Deputados, a realidade é que a cafeicultura permanece desestimulada. A inabilidade do IBC na instável comercialização do café tem dado autênticos golpes nos produtores e maquinistas.

A região de Nova Londrina, por exemplo, atualmente, possui em torno de cinco milhões de pés de café e, precisa e pode ampliar sua lavoura. Para isso, necessita da adoção de política progressista por parte governamental. É claro que se não houver uma evolução no estabelecimento de uma filosofia de Governo destinada à cafeicultura, evidentemente, que a plantação, a ampliação da produção da rubiácea carece de estímulos. E, é claro que nesse embalo e esperança, Nova Londrina que polariza, atualmente, seis municípios, ainda em considerável produção de café, vendeu pouco café. Tanto é que o estoque atual deve ultrapassar as trinta mil sacas armazenadas na cooperativa que existe naquela cidade, com os maquinistas de café e até com os próprios produtores.

E a inconveniente política de venda do IBC é que veio provocar esta estocagem e a região, evidentemente deixou de vender o café nas épocas melhores e perdeu, é claro, por

não comercializar, e perdeu também por ter vendido grande parte do seu café aí pelos mil novecentos e cinquenta cruzeiros a saca. Porque naquela época até o Governo chegou a recomendar pelo Banco do Brasil, traduzido na distância, no irrealismo da política governamental e pressionado também pelos Bancos particulares para que liquidassem os seus financiamentos.

A estimativa é que aquela região deixou de ganhar mais de quinze milhões de cruzeiros.

O Sr. Lúcio Machado – V. Ex^a me permite um aparte? (Assentimento) – Muito obrigado, nobre Deputado Valter Pietrângelo, pela oportunidade que me dá para dizer de viva voz, em aparte e a todo o Paraná que o empobrecimento e a subserviência sempre foram e sempre serão produtos de governos arbitrários, violentos e altamente determinativos.

Eu disse empobrecimento e subserviência, porque vejo que daqui e desta tribuna, daqui deste Parlamento, dezenas de Deputados, principalmente de nosso Partido, têm levantado para denunciar o empobrecimento que o Governo submete às classes laboriosas desta Nação, e principalmente os lavradores, os produtores de toda a riqueza agrícola.

E veja bem a subserviência, Sr. Deputado. O colunista do "Diário Popular" de hoje, diz que o M.D.B., ao invés de se colocar num trabalho de defesa aos interesses da agricultura e da massa trabalhadora, vive a ter pronunciamentos do futuro Presidente da República. Um colunista que faz repetir constantemente a sua subserviência e insere até num jornal que podia representar ameaça e que denunciarei muitas e muitas vezes, que poderia representar a vontade do povo e acima de tudo a concessão de defesa da gente paranaense, que é peculiar nos cinquenta e quatro Deputados nesta Assembléia.

Diz este colunista: "Ontem a Assembléia foi usada, em quase todo o seu expediente para críticas estereis, e inconseqüentes ao discurso do candidato a Presidente, arenista. Como se não bastasse ao M.D.B., a tribuna do Senado e da Câmara Federal para exercer este direito.

Não posso negar aos emedebistas o direito de ir à tribuna e criticar o candidato presidencial do partido oposto, por dito isto ou aquilo. Mas acho engraçado o M.D.B. que critica o Presidente Ernesto Geisel porque não fala e critica o candidato presidencial porque não fala."

E por fim, nobre Deputado, para ser rápido, diz aqui, no final: "Que o M.D.B. ao invés de tratar dos problemas locais, e principalmente dos trabalhadores da lavoura, que produzam riquezas paranaenses e nacional, vem se ater a discursos de auto-crítica ao Presidente seu príncipe e sucessor."

Aqui está nesta coluna por mais uma vez, porque sempre esteve este colunista, o aspecto da subserviência, da falta de respeito a parlamentares que se desdobram na defesa dos direitos do povo do Paraná. Aqui está, nobre Deputado, a falta de dignidade e respeito ao empobrecimento de quase quinze milhões de paranaenses que exercem atividade na agricultura, com famílias inteiras. Aqui está um colunista a denegrir um jornal que poderia servir de porta voz, porta voz de fato, como deve ser a imprensa, das aspirações dos trabalhadores, deste Estado e desta Nação. É a subserviência, é o medo, é a necessidade, é o empobrecimento. E é triste saber que neste País, não só este jornal, mas tantos órgãos de imprensa se mantêm na subserviência, com a pena do castigo de milhões de brasileiros, para manter-se de pé.

É um regime discricionário; é um regime violento, é o regime do arbítrio. Parabéns a V. Ex^a. Parabéns a todos os Srs. Deputados de nosso e do outro partido, que se levantam na constância dos dias para defender os direitos das classes trabalhadoras do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Muito obrigado Deputado Lúcio Machado, pela participação brilhante às nossas considerações desta tribuna. E por solicitação

nós agora concedemos o aparte ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Devido o avançar do tempo, agradecemos e declinamos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Concluindo as nossas palavras, que como disse não traduzem nem de longe a preocupação, a desesperança, o desencanto, e até o desespero que invade a nossa agricultura e carecem também, Srs. Deputados, de análise mais credenciada.

Mas, sobretudo o objetivo que pretendemos é fazer com que a Assembléia não assuma também a condenável postura de omissão de S. Ex^a o Governador Jayme Canet Júnior.

Produtor, comerciante de café há decênios. Realmente S. Ex^a participou da reunião levada a efeito no Palácio do Planalto, uma reunião teatral. Uma comédia que efetivamente veio machucar, ofender, os cafeicultores do Brasil, especialmente os agricultores paranaenses, que pelo menos merecem respeito por parte do Poder Público e que deveriam merecer, pelo menos, a voz de protesto do seu Governador.

Deveria, sim, S. Ex^a, pela brincadeira que se fez com o cafeicultor, pela seriedade que o momento merece e requer, ter, inclusive, chegado aqui, ou lá mesmo, sobre a mesa do Mandatário supremo do País, jogado, colocado, a sua renúncia do posto que assumiu por delegação dele, para a governança do Estado do Paraná.

Os homens de bem deste País, quando a Nação vive instantes de profunda transição, precisam tomar posições corajosas quando se está em jogo medidas de profundo interesse social.

Obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, representada hoje por S. Ex^a o Sr. Deputado Gabriel Manoel, se deseja ocupar o espaço reservado à sua bancada? (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDÊM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 01/78, veto apostado ao Projeto de Lei nº 139/77, de autoria do Deputado ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública o "LAR ESCOLA RETIRO FELIZ", com sede e foro na cidade de Guarapuava. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., pela manutenção do Veto por unanimidade. —

Ofício nº 01/78

Curitiba, em 03 de janeiro de 1.978.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 146/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 139/77, tendo em vista que a pretendida medida foi adotada através da Lei nº 5.522, de 16 de fevereiro de 1967, publicada no Diário Oficial nº 287/67.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de

lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Poder Executivo.

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 02/78, veto apostado ao Projeto de Lei nº 83/75, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que altera o inciso III, do artigo 130, da Lei nº 6174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado). Parecer da C.C.J. em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. —

Ofício nº 02/78

Curitiba, em 10 de janeiro de 1.978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 134/77, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 83/75, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Objetiva o autógrafo dar nova redação ao inciso III, do artigo 130, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).

3. O não acolhimento ao projeto de lei em questão decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade em face do preceito no artigo 25, § 1.º, alínea c, da Constituição do Estado, onde é conferida ao Chefe do Poder Executivo a exclusiva competência para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

4. Ademais, vale ressaltar que o preceito contido no artigo 35 da Constituição Estadual reafirmando a inconstitucionalidade, confere, ainda, ao Governador do Estado a competência para a propositura de leis que "abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

5. Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Poder Executivo.

— Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendeu o Sr. Governador do Estado de vetar o Projeto de Lei nº 83/75, de autoria do eminente Deputado Ivo Thomazoni, hoje no exercício da Presidência, acusando a iniciativa de vício de inconstitucionalidade.

Não me parece, data vênua, assistir razão ao Chefe do Poder Executivo. Manifesta ele que o não acolhimento ao Projeto de Lei "decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade em face do preceito contido no artigo 25, § 1.º, alínea c, da Constituição do Estado, onde é conferida ao Chefe do Poder Executivo a exclusiva competência para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico".

Essa é a primeira parte do ponto de vista constitucional em que se louvor o Governador do Estado para vetar o mencionado plano de lei. Já aqui, está longe da melhor interpretação este dispositivo constitucional, por ele invocado, que é dada por renomados constitucionalistas pátrios.

Este dispositivo, como é sabido, nada mais é do que mera cópia de norma constitucional semelhante, inserida na Lei Fundamental do País. Assim, todo e qualquer comentário

que é feito a esta norma da Lei Fundamental, vale, por via de consequência, à norma constitucional estadual.

O entendimento que aqui se dá, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o projeto de lei estaria a malferir o Artigo 25, parágrafo 1.º, alínea c, é, evidentemente, errôneo e está a demonstrar que, já falha a fundamentação do veto aposto pelo Governador do Estado.

O projeto, é verdade, dispõe sobre serviço público, na medida em que se dirige à alteração de lei em vigência, que dispõe exatamente sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Mas isso não invalida o projeto, posto que ele não trata, em momento algum, do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado.

Por regime jurídico de funcionário público, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se deve entender a definição que é adotada pela Administração Pública com relação ao diploma legal que vai reger os direitos e obrigações de seu corpo de servidores.

Em termos de diploma legal, nós temos apenas dois, como tipos básicos, que servem de modelo aos Estados, para reger os direitos e obrigações dos funcionários públicos. Ou os funcionários públicos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou os funcionários públicos se regem pelo Estatuto próprio.

Em nosso Estado, os funcionários públicos, em regra geral, são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Lei aliás que é, no momento, alterada pelo projeto de lei. Trata-se de Lei 6174, de 16 de novembro de 1.970.

Evidentemente, que o projeto não objetiva modificar este regime jurídico. Para modificá-lo, o projeto deveria fazer com que todos os funcionários regidos por esta Lei 6174, pudessem obedecer seu relacionamento indivíduo-funcionário-administração pública, as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Como é fácil de perceber, em face do texto do projeto, não é isto que objetiva a iniciativa do nobre Deputado Ivo Thomazoni. Tentou ainda, para dar uma motivação que pensa o Chefe do Poder Executivo, capaz de convencer ao Poder Legislativo, afirmar também que o projeto estaria ferindo preceito contido no artigo 35 da Constituição Estadual, que confere ao Governador do Estado a competência para propositura de leis que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos; concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública.

Também aqui incorre em erro o Chefe do Poder Executivo: Pelo Projeto, pretende o Deputado Ivo Thomazoni que, o tempo de serviço prestado em empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público Estadual, bem como o próprio Estado sob qualquer regime de trabalho, diverso do estatutário, seja computado integralmente, apenas para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Ora, aposentadoria e disponibilidade são formas que não se incluem na expressão "vantagem". Tanto a aposentadoria como a disponibilidade constituem direito do funcionário público. E, entre direito, e vantagem há um abismo profundo no plano jurídico, pois não há como assemelhar "vantagem", com "direito". Direito é uma conquista — vantagem é uma concessão do Poder Público.

Assim, não se trata, no projeto, de concessão de vantagem como quer o Governador do Estado ao referir-se ao artigo 35 da Constituição Estadual.

Admitindo que o projeto, se sancionado, viesse a aumentar ou modificar a despesa, e portanto seria inconstitucional, nem aí se poderia dar razão ao Governador do Estado. É que, tanto na aposentadoria quanto na disponibilidade, o funcionário não pode até por vedação constitucional, receber mais

do que percebia na atividade. Portanto, não há aumento, nem criação, nem modificação de despesa.

Assim, volto a reiterar aqui mais uma vez, ponto de vista que tenho defendido desde que entrei nesta Casa, de que, os vetos, como ensina Pontes de Miranda, têm que ter motivos de veto. E, quando a Constituição estabelece que o Governador do Estado poderá vetar um projeto no todo, ou parcialmente, desde que haja inconstitucionalidade ou porque o projeto seja contrário aos interesses do Estado, ele tem a obrigação de demonstrar claramente na mensagem do veto, que há inconstitucionalidade, e justificá-la, ou, que há contrariedade aos interesses do Estado e, tem que demonstrá-la.

Não ocorre aqui, a meu ver, nem inconstitucionalidade — que é o que se alega — e muito menos contrariedade aos interesses do Estado.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voto a favor do projeto e contra o veto, porque entendo que ele não está suficiente e constitucionalmente motivado.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Continua em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a anunciasse, como resultado, os números desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) 7 Srs. Deputados votaram pela manutenção do veto; 12 Srs. Deputados votaram pela rejeição do veto.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Parece, Senhor Presidente, que a matéria não foi nem rejeitada, nem aprovada. Parece, Senhor Presidente, que seria bom, que se procedesse verificação de "quorum" na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência atende para verificação, constatação de "quorum" para deliberação.

O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados, para a constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de "quorum"). Trinta Srs. Deputados se encontram na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação a Proposição nº 02/78.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

(Palavras ininteligíveis) ... quando o número legal ainda não existia, neste Plenário, parece que a bancada situacionista, por sua maioria, se apressa em aprovar o Veto Governamental, ou mais, do que isto, se apressa em derrubar o projeto que esta Casa aprovou. Encaminho a votação, Sr. Presidente, apenas para que tal fato não fique sem registro, para que tal situação não fique sem análise e, para que a Casa não aceite, tranquila, pacífica e, até, omissamente, o que aqui se vai desenrolar.

Este projeto, Sr. Presidente, é de autoria, de iniciativa de um dos mais prestigiados Deputados que a ARENA, Aliança Renovadora Nacional, tem nesta Casa, antigo líder da bancada majoritária e, quando líder, propôs o projeto mais tarde vetado.

Hoje, assume e detém a mais alta e mais importante função dentro desta Casa, a de Chefe de um Poder de Estado, a de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; portanto, senhores, a iniciativa parece, por sua origem, sem suspeita; parece não ferir, não agredir, não violentar qualquer interesse ou susceptibilidade do Palácio do Governo, porque de autoria do Presidente da Casa, do Chefe do Poder de Estado e porque proposta quando S. Ex^a detinha a Liderança, exatamente, da bancada majoritária, arenista.

Portanto, a sua origem não conflita com os interesses que possam, ou que pudessem estar alojados no Governo do Estado. O projeto tramitou, comissão por comissão; e, interessante, Sr. Presidente, em todas as Comissões Técnicas e Permanentes da Casa, é a bancada do autor do projeto, que detém a maioria; todos os pareceres foram aprovados, por unanimidade ou por maioria, mas sempre e em todos os momentos com todos os votos favoráveis dos Deputados da Arena nesta Casa. A matéria aprovada nas Comissões veio a Plenário, por três turnos, sofreu debates, discussões e votação e, unanimemente, este Plenário, no qual tem maioria a bancada que é integrada pelo autor, neste plenário, a bancada majoritária, votou a se pronunciar favoravelmente.

Entende o Governador do Estado de vetar. É prerrogativa de S. Ex.^a que não colocamos em dúvida e não contestamos. É direito que a Constituição lhe assegura produzir o veto. Mas também esta Casa tem direitos e tem prerrogativas que devem ser resguardadas e que devem ser cuidadas. Parece que juridicamente, não resiste a tese governamental. E há um outro Deputado da bancada majoritária, creiam, há poucos minutos de pé, pulverizava os argumentos palacianos para mostrar a constitucionalidade do projeto de lei.

Senhores, não vejo como se alterem as posições, se mude a votação, e se atrele esta Casa pela decisão de alguns da maioria ao interesse que se situa do outro lado da rua. Apenas três razões poderiam levar os ilustres Deputados da bancada majoritária, não todos mas alguns, poderiam levar os Deputados da bancada majoritária a mudar de opinião, a modificar a posição, a transverter sua votação. Apenas três razões: a incoerência, e votaram então na época sem saber o que estavam votando, ou votam agora sem saber como votam.

O desconhecimento para arredar o vocábulo ignorância. O desconhecimento da matéria; o desconhecimento das questões que a envolvem, e enfim, o desconhecimento total de toda a questão. Ou então, a terceira, Sr. Presidente, e para que os Anais não registrem o termo "sabujismo", a volubilidade. Hoje aqui, amanhã ali, ao sabor das ondas inconstantes, ao sabor dos desejos que se modificam, ao sabor de interesses alheios a esta Casa.

Sr. Presidente, parece que esta Casa mais do que dar a V. Ex.^a uma demonstração de prestigiamiento, uma demonstração de que V. Ex.^a na Presidência recebe de todos e de cada um o fortalecimento que o cargo exige, mais do que isso, esta Casa precisa se prestigiar e se fortalecer a si própria.

Era só isso, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Em votação a Proposição nº 02/78 - Veto apostado ao Projeto de Lei nº 83/75.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi com atenção as palavras do Deputado Accioly Neto, que discorreu brilhantemente sobre o assunto, defendendo a sua opinião. Disse do seu entendimento, discordando, conseqüentemente, dos motivos alegados por S. Ex.^a o Governador, ao vetar o projeto, motivo desta discussão.

De maneira completamente diferente falou o Líder da Oposição, Deputado Enéas Faria, que não fez uma referência sequer do ponto de vista legal, contrariando a afirmativa de S. Ex.^a o Governador do Estado. E vem o Deputado Enéas Faria, agressivo, ofendendo a bancada arenista, porque até então, não havia se manifestado, porque votavam uns contra e muito pior, dizendo que os Deputados desta bancada tinham opinião diferente ontem e hoje outra, porque nós votaremos, Sr. Deputado Enéas Faria, pela manutenção do veto.

E esta Casa, por ser eminentemente política, Sr. Deputado Enéas Faria, tem que admitir que o Deputado não é obrigatoriamente instado a votar antes e depois da mesma forma, ele pode mudar, depois de estudado, discutido, analisado, qualquer assunto a ele submetido, mudar de opinião e, conseqüentemente, a posição de seu voto. Por esta maneira que vi, agressiva e indelicada até, do Deputado Enéas Faria, ao referir-se aos membros desta bancada, é que estou aqui para dizer que nós votaremos pela manutenção do veto. Porque nós atendemos e entendemos as afirmativas contidas, do motivo do veto, muito embora, o Deputado Accioly Neto, dela discorde. Mas a bancada votará coesa, pela manutenção do veto, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Em votação a Proposição nº 02/72.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Sr. Presidente.

Inegavelmente, o Deputado Accioly Neto, discorreu sobre a matéria, trazendo a esta Casa, inclusive, detalhes procurando de uma maneira ou de outra, deixar os Srs. Deputados com um conhecimento melhor, para que possamos julgar e apreciar o veto do Sr. Governador.

E aceitamos, Sr. Presidente, a tese do Deputado Accioly Neto, mas, em compensação, nós nos sentimos agredidos, quando também discorreu sobre a matéria, o Líder do MDB, Deputado Enéas Faria. Então, nos causou surpresa, Sr. Presidente, porque temos no eminente Deputado Enéas Faria um "gentleman", um Deputado que sempre procura elucidar as coisas, que sempre procura nos orientar, pelo vasto conhecimento que tem sobre as matérias que tramitam nesta Casa. E não aceitamos a carapuça, de que votamos sempre sem conhecimento de causa, ou da matéria aqui transitando.

E é por isso, Sr. Presidente, que fico solidário com o Deputado Zanusso, mesmo que este projeto tenha a assinatura e a proposição do nosso Presidente, deste Presidente, que vem tão bem conduzindo os serviços da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Até hoje, Sr. Presidente, V. Ex.^a tem tido uma conduta exemplar, mas não é por isso, que eu tenho certeza que V. Ex.^a também irá ficar com qualquer sentimento de um dos Srs. Deputados da vossa bancada, porque entendemos que quando da tramitação por esta Casa do projeto de vossa autoria, apoiamos e tenho certeza, por unanimidade, inclusive com a aquiescência da bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Mas hoje também temos o direito de pensar ao contrário. E é por isso que eu também acredito que a nossa bancada votará favoravelmente ao veto apostado pelo Sr. Governador do Estado. E o Deputado Enéas Faria, que também me parece que não seria até de causar espécie ou surpresa, terá sempre estas oportunidades para fazer a sua média, para tirar o seu partido dentro da nossa bancada. Mas tenho certeza, que esta bancada ativa, tranqüila e inteligente, saberá sempre estar ao lado do Governador Jayme Canet Júnior. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Com muita satisfação, Sr. Presidente, eu vejo que Machiavel fez escola. E até hoje esta Assembleia é influenciada por ele.

A voz do Príncipe, a palavra do Príncipe, segundo Machiavel, não podia ser definitiva, desde que interesses do Estado pudessem fazê-la voltar.

Parece que interesses maiories fizeram a palavra de muitos Deputados; muitos príncipes aqui desta Assembleia, voltaram atrás. Isto me deixa um pouco alarmado, Sr. Presidente, primeiro se alguém fez média - e eu não acredito que tenha sido este o sentido, foi o ilustre Presidente desta Casa, ao apresentar

o projeto de lei altamente meritório. Portanto, não era média. Mas, se era para fazer média, eu duvido, por conhecer a personalidade do Sr. Presidente. Em segundo lugar, Sr. Presidente, no mesmo dia, no dia de trabalho de todos nós, dois projetos são vetados, e os dois tinham sido anteriormente aprovados por esta Casa. E eu, chamo a atenção, que um dos projetos de lei vetados pelo Sr. Governador, ele alega uma razão para o veto, totalmente justa. Já havia sido declarada de utilidade pública, uma repartição, ou uma instituição, e um Deputado novamente solicitou esta declaração. E eu pediria à Mesa que providenciasse que a Assessoria Legislativa evitasse problemas dessa natureza, para não deixar este Legislativo numa situação ridícula, perante o Sr. Governador do Estado. Ele tendo de examinar, a sua assessoria tendo de examinar quais as instituições que são ou não reconhecidas de utilidade pública.

Mas quanto ao projeto de lei do eminente Presidente desta Casa, e já que estamos aplicando princípios em toda a sua extensão, seria também interessante chamar a atenção da Comissão de Constituição e Justiça, já que o Sr. Governador fundamenta o seu veto exatamente no preceito constitucional. Das duas uma: ou os eminentes Deputados que estão na Comissão de Constituição e Justiça estão certos, ou estão errados. E se estão errados e o Sr. Governador está certo, seria muito importante que esta Comissão tomasse cuidado no futuro. Pois não é possível que os Srs. Deputados, 11 Srs. Deputados, admitam que era constitucional, e por isso foi votado neste plenário. E agora deixe de ser constitucional. O próprio parecer do eminente Deputado Dácio Leonel, sobre o veto, não diz nada. Apenas que o veto foi apostado no prazo constitucional e que as razões apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo se fundamentam no preceito constitucional.

Anteriormente, era constitucional. Esta nossa Constituição muda todo o dia, mas não tanto assim, não, toda hora. Se não me engano, de dezembro do ano passado até esta data, não houve modificação em nossa Constituição.

Ou era ou não era constitucional. Se não era constitucional, merecia reparos da Comissão de Constituição e Justiça, e que pelos membros inclusive, deveriam votar coerentemente, porque o termo do príncipe já passou. E se a palavra do príncipe pode voltar atrás por interesses do Estado, eu acredito que a nossa, não. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação a Proposição nº 02/78.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que devo ao Plenário uma satisfação.

Inicialmente, desejo justificar a apresentação do Projeto de Lei que levou o número 83/75, para, depois, situar-me.

Recebia permanentes apelos de diversas áreas do funcionalismo público civil do Estado, no sentido de que este Poder se manifestasse sobre a urgente necessidade de conferir-se ao funcionalismo público estadual, a contagem de tempo de serviço prestado junto à iniciativa privada e para fazer prova desta prestação de serviço, deveria o funcionário público apresentar justificativa de recolhimento junto a qualquer órgão previdenciário, dos descontos recolhidos ao Tesouro Nacional à conta dos diferentes institutos previdenciários.

Pretendia-se, Sr. Presidente, fazer justiça ao clamor do funcionalismo civil do Estado do Paraná, determinando a contagem de tempo de serviço relativo à prestação de serviço na iniciativa privada.

Com base no que de justiça inseria e insere a reivindicação, subscrevi o projeto de lei.

E o justifico, Sr. Presidente.

Dizia, na justificativa, que a figura da autarquia e paralelamente das demais entidades, no inciso 3, do Artigo 130, da Lei 6174, de novembro de 1970, que é o Estatuto do Funcionário Público do Estado, a medida se impõe para atendimento

do preceito constitucional, entre outros, porquanto a Constituição do Estado do Paraná, Emenda nº 3, Art. 76, determina que o tempo de serviço público federal, estadual, municipal, será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

E o parágrafo único desse artigo, diz: "o tempo de serviço prestado ao Estado computar-se-á também para os demais efeitos legais".

Bem assim, previu a Constituição Federal, determinando no § 3º, do Art. 102, a contagem de tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Já o Estatuto dos Funcionários Públicos Federais, em consonância com a Carta Magna estabelece no Art. 30, inciso 4º, para efeito de aposentadoria e disponibilidade computar-se-á integralmente e ali se alinham, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as exigências constitucionais. Dentre eles também no inciso 4º o tempo de serviço prestado à autarquia.

Portanto, é fácil de se verificar que as determinações legais aqui expostas, não condicionam a que regime de trabalho deva estar vinculado o tempo de serviço prestado. Assim, quer seja o estatutário, quer seja o CLT, deverá ser computado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

O Decreto-Lei 200, de fevereiro de 1977 que estabelece diretrizes para reforma administrativa, define os órgãos de administração indireta da seguinte forma: administração direta, administração indireta que compreende as seguintes categorias:

- a. — autarquias,
- b. — empresas públicas,
- c. — sociedades de economia mista.

É sabido que as sociedades de economia mista e as empresas públicas do Estado do Paraná, como também algumas autarquias estaduais, Sr. Presidente, são regidas pela Constituição das Leis de Trabalho. Como o Departamento de Edificações e Obras Especiais, hoje transformado numa empresa pública, Administração de Recursos Hídricos, Departamento de Estradas de Rodagem, um Instituto de Assistência ao Menor e etc.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não víamos, como não vemos, o porque da continuidade da lacuna estatutária que se pretende sanar, porque se tornou flagrantemente conflitante com os dispositivos vigentes e antes enunciados. Oportuno que se ilustre esta justificativa, como entendimento já esposado pelo colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no processo da natureza administrativa sob o protocolo 4.830/73 do Tribunal de Contas, em que foi Relator o Conselheiro Leônidas Hey de Oliveira, cuja emenda e decisão eu transcrevi, Sr. Presidente, na minha justificativa.

Ocorre, Sr. Presidente, que ao pretender a aprovação deste plano de leis, leva em consideração, claro, o lado humano que a questão apresenta. Todavia, Sr. Presidente, deve-se aqui ao Plenário, uma satisfação que desejo fazer sucintamente.

Discuti o mérito deste plano de lei com o Sr. Governador do Estado que antes de S. Exª vetá-lo, justificou e, quer me parecer, com certa justiça. Se poderia S. Exª desprezar, o que poderíamos considerar o lado eminentemente técnico da inconstitucionalidade por ele arguida, quando se refere ao fato de que a alínea c, do § 1.º do Art. 25, da Constituição do Estado, dá a iniciativa deste projeto de lei à exclusividade do Poder Executivo, por outro lado S. Exª rememora o fato de haver contactado com o Governo Federal, na pretensão de que no futuro esta medida venha a ser adotada.

Todavia, com a corresponsabilidade do Governo Federal, no tocante às despesas deste plano de lei. Exemplificando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero o Executivo Estadual não dispor de recursos suficientes no Instituto de Previdência do Estado para, contando o tempo de serviço prestado pelo funcionário público na área privada, emitir-se o "cartão" com os valores da sua inatividade e, todo ele sendo suportado pelo Tesouro

do Estado. E, já que se fala muito, na área federal, na unificação dos órgãos previdenciários, dos diferentes níveis, federal, estaduais e municipais, esperamos, todos nós, que, a curto ou a médio prazo, o Governo Federal aceite a tese da correspondência no pagamento das despesas decorrentes desta medida, isto é, que ao Governo Federal se atribua x 35 ou x 30 avos da pensão da inatividade a que fizer jus o funcionário público aposentado. Exemplificando melhor, Sr. Presidente: se o funcionário público estadual tiver se aposentado com 35 anos de serviços prestado, sendo, 20 anos de serviço público estadual - 15 anos na área da iniciativa privada, pretende-se que, ao Governo Federal, se atribua a responsabilidade do pagamento de 15/35 avos dessa pensão e, ao Estado, ao Tesouro Estadual, 20/35 avos do correspondente. Achando, portanto, que se estaria atendendo a justa pretensão do funcionário público estadual, contando-se para todos os efeitos legais, para fins de aposentadoria e disponibilidade o tempo de serviço que ele tiver prestado na área da iniciativa privada, no instante em que o Governo Federal se atribuir a responsabilidade de arcar com x 35 avos tantos quantos tenham sido os anos de recolhimento junto aos institutos de previdência nacional feitos pelo funcionário público estadual ora beneficiário desta medida, quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, ao Governo do Estado, além da tese da falta de amparo no tocante à jurisdição da proposição, cabe também analisar o suporte financeiro para fazer face às despesas decorrentes desta medida.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, hoje Presidente deste Poder, permito-me absolutamente não influenciar os Srs. Deputados quanto à posição de cada um, na votação desta matéria.

Era o depoimento que eu desejava fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, certo de que deveria fazê-lo, para melhor ilustrar a inteligência de cada um.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para, na qualidade de membro da Comissão de Constituição e Justiça, registrar que, não se pode atribuir propriamente a esta Comissão, a responsabilidade pelos debates que a matéria está suscitando nesta Casa.

Na realidade, o Sr. Governador do Estado se apoia num dispositivo constitucional, ou pelo menos, num texto da atual Constituição do Estado, para rejeitar o projeto de autoria do Sr. Deputado Presidente Ivo Thomazoni, contrariando parecer da Comissão de Constituição e Justiça, no qual foi relator o nobre Deputado Ezequias Losso.

O problema, Sr. Presidente, no meu ponto de vista, é até muito simples. Primeiramente, quem pode dizer se uma matéria é constitucional ou inconstitucional, em última instância, é o Supremo Tribunal Federal. Só depois disso, é que o Senado da República suspende a vigência de uma lei, de modo que a CCJ pode entender uma lei constitucional, um projeto constitucional, e esse mesmo projeto ser posteriormente vetado, por entendê-lo inconstitucional o Chefe do Poder Executivo.

A nossa bancada, e é preciso que se registre isso, já reiteradamente dito neste Plenário, tem-se louvado numa Súmula do Supremo Tribunal Federal, para aprovar quase todas as matérias de ordem constitucional, cujo mérito entenda de interesse público, votando desta forma na Comissão de Constituição e Justiça quer os projetos sejam de origem de Deputados de sua bancada ou da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Ocorre, portanto, um fato que reitero nesse plenário, de que a ilustrada bancada da Arena na Comissão de Constituição e Justiça não procede da mesma forma, e nós ainda hoje, não chegamos a um acordo nesse sentido, porque, como neste caso, quando o projeto é de autoria de um eminente Deputado da

Aliança Renovadora Nacional, facilmente ele consegue trânsito na CCJ, porque conta também com o voto dos eminentes Deputados daquela legenda. Nós, entretanto, temos nos mantido neste mesmo ponto. Seja qual for a origem do projeto, entendemos, quando entendemos que o mérito deva ser aprovado, o aprovamos. E, principalmente pelo seguinte: porque as Constituições, tanto a estadual como principalmente a federal, que têm vigência em nosso País hoje em matéria de Direito Constitucional são aberrantemente inconstitucionais.

Daí defendermos esse ponto de vista, porque Constituição democrática nenhuma, em qualquer país democrático deste planeta, proíbe ao Poder Legislativo, de ter a iniciativa de um projeto desta natureza. Ao contrário, na Constituição dos Estados Unidos, para citar um exemplo, só o Poder Legislativo tem iniciativa, na maioria dos casos.

Portanto, se nós estamos vivendo inversamente aquilo que deva ser vivido por um regime democrático, entendo que essa prática da bancada do Movimento Democrático Brasileiro é válida porque não deixa morrer no pensamento de cada um de nós, a doutrina que haverá de vigorar, de vigorar em nosso País no dia em que nós elaborarmos uma Constituição verdadeiramente democrática, em que os poderes estejam, realmente, separados, harmônicos mas, independentes entre si.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação a Proposição n.º 02/78.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, tendo em vista o "quorum" privilegiado para votação do veto, eu requeiro à Mesa, chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e, após alertados os Srs. Deputados que, por ventura se encontrem em outras salas deste Poder, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal para constatação de "quorum".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Vinte e nove (29)

Srs. Deputados responderam à chamada. Em votação a Proposição n.º 02/78. Os Srs. Deputados que aprovam a proposição, permaneçam como estão.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Tendo em vista o "quorum" exigido, me parece que não há condições de ser votada esta matéria hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Constituição faculta que se delibere matéria desta natureza com 2/3 dos presentes votando contra o veto governamental. Há maioria para deliberação. É constitucional que o "quorum" privilegiado seja de 2/3 dos presentes.

Em votação a Proposição n.º 02/78. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto e rejeitam o veto, permaneçam como estão.

Dezesseis (16) Srs. Deputados aprovam o Projeto.

Doze (12) Srs. Deputados rejeitam o Projeto. — Rejeitado o Projeto e mantido o Veto.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a representação no Estado do Paraná, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, com substitutivo Geral. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo, por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado artigo por artigo, na forma do Substitutivo Geral.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso.

solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ambrósio Dias. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto contra o Almirante Heleno Nunes e a cúpula da CBD, e Comando Técnico da Seleção Brasileira, pelas reiteradas atitudes que visam desprestigiar, inibir e impedir o afluimento das qualidades técnicas e profissionais do atleta Reinaldo, do Clube Atlético Mineiro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências junto ao Banco do Estado do Paraná, visando a implantação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de Três Barras, Município de Catanduvas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo informações com referência à instalação da Comarca de Palmital. —

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESIAS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Tão logo haja manifestação do Plenário.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio. — Aprovado.

Atendendo solicitação do Sr. Deputado Jurandir Messias, a Presidência fará verificação de votação.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

9 Srs. Deputados aprovam; 5 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nºs 01 e 02/78.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 150/77.

marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 90/77, 152, 157, 159 e 160/77.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Ezequias Losso apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de lei nº 146/77 — de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã. Projeto de Lei nº 153/77 — de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores do Incra - ASSINCRA-PR, com sede nesta Capital. — APROVADAS. Nada mais havendo a tratar,

o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente.

Lélcio Guimarães Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados Fabiano Braga Côrtes, Werner Wanderer, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara e Benedito Lúcio Machado. Havendo número legal, o Sr. Vice-Presidente declarou abertos os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Resolução: PPROJETO DE RESOLUÇÃO nº 04/78, de autoria da Comissão Executiva, estabelecendo critérios para provimento de cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa. Relator Deputado Nelson Buffara, Vice-Presidente, que avocou o projeto de resolução, dando parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Vice-Presidente e por mim, Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON BUFFARA — Vice-Presidente

Elza Carneiro Camargo — Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

8ª LEGISLATURA — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dize dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Indústria e Comércio, na Sala de Reuniões das Comissões, nesta Assembléia. Na forma regimental, abriu a reunião o Senhor Deputado Francisco Escorsin, constatando-se ainda, a presença dos Srs. Deputados: Werner Wanderer, Egon Pudell, Ezequias Losso e Lineu Turra. A seguir, a Presidência deixou livre a palavra. O Sr. Deputado Egon Pudell, usando da palavra, indicou para reeleição os nomes dos Srs. Deputados Werner Wanderer e Maurício Fruet, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, em vista do elevado espírito público com que se houveram no desempenho dos seus cargos na sessão legislativa anterior. Continuando, em votação foi aprovada a proposição. A seguir o Sr. Deputado Werner Wanderer assumiu a Presidência, agradecendo em seu nome e em nome do Vice-Presidente eleito, a honra de que foram alvo por parte de seus Pares. Prosseguindo, o Sr. Presidente indicou o nome do funcionário Sérgio Antônio Souto, para Secretário da Comissão, sendo aprovado pelos demais membros. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Sérgio Antônio Souto, e após lida e achada conforme, foi assinada pelo Sr. Presidente, demais membros, e vai à publicação.

(aa) WERNER WANDERER — Presidente

Ezequias Losso

Francisco Escorsin

Ezequias Losso

Sérgio Antônio Souto — Secretário

DECRETOS:**DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 439/76, de 03 de junho de 1976, que proveu ROSALVO GRANDE, no cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Luiz Carlos Stanislawzuk, a partir de 1º de fevereiro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de fevereiro de 1977.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo nº 425/76, de 03 de junho de 1976, que proveu JOSÉ BALAN FILHO, no cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado João Cioni Neto, a partir de 1º de fevereiro de 1977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de fevereiro de 1977.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente.

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 401, de 24 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, matrícula nº 048, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar;

II – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei nº 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 04 de outubro de 1972 e 04 de agosto de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

III – conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da referida Lei 6174, a partir de 04 de outubro de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07 de fevereiro de 1977.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 360, de 20 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar o Decreto Legislativo nº 116/75, de 05 de março de 1975, na parte que se refere a LEONILDA BITTENCOURT, matrícula nº 287, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, e ODAHIR COSMOS, matrícula nº 575, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes

de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais respectivamente de Oficial de Gabinete e Motorista da Diretoria Geral, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 23 de dezembro de 1976;

II – revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 185/75, de 31 de março de 1975, que designou a funcionária IGLAIR SMANIOTTO, matrícula nº 298, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 23 de dezembro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de fevereiro de 1977.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 360, de 20 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I – designar, IGLAIR SMANIOTTO, matrícula nº 298, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Diretoria Geral, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 24 de dezembro de 1976; e,

II – designar ODAHIR COSMOS, matrícula nº 575, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 24 de dezembro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de fevereiro de 1977.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 534/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5700, de 13 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, matrícula nº 217, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquênio de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, a partir de 07 de março de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de julho de 1977.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 535/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6148, de 22 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6642, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, matrícula nº 393, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de

Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1975 e 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de julho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 536/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5761, de 14 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ABEL FREDIANO MARCHIORATTO, matrícula n.º 230, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 25 de julho de 1973 e 25 de maio de 1977; antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974, 1975 e 1976, contadas em dobro; e,

II - conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 10 de junho de 1977, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio, completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de julho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 537/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5745, de 14 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula n.º 344, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 10 de fevereiro de 1964 a 10 de dezembro de 1973, antecipado em razão da contagem em dobro das férias referentes ao ano de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de julho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 538/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 5883, de 16 de junho de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a ALCEU RAMOS, matrícula n.º 363, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus

vencimentos, a partir de 07 de novembro de 1974, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de julho de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 226/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1055, de 20 de fevereiro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a RENÊ VASCO GARCIA, matrícula n.º 429, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 15 de novembro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 12 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 120/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2581, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para 1.º de abril de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária GENIR DOS SANTOS FERNANDES, matrícula n.º 199, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 121/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2702, de 03 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar a pedido, a Portaria n.º 138/77, que designou a funcionária ANNA CHRISTINA DE SOUZA, matrícula n.º 553, para prestar serviços no Gabinete da Presidência;

II - revogar a pedido, a Portaria n.º 169/77, que concedeu à funcionária em tela, a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no Gabinete da Presidência; e,

III - autorizar à funcionária ANNA CHRISTINA DE SOUZA, matrícula n.º 553, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, de acordo com o Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 122/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2825, de 05 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula n.º 212, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 03 de abril de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 123/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DESTA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2606, de 30 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 1.º a 30 de junho de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA, matrícula n.º 214, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 124/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2753, de 04 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para 03 de abril de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária IZABEL SANTO ALAYA LAMAU, matrícula n.º 533, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 125/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2382, de 27 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários FABIANO SIQUEIRA CUNHA, médico; CELSO MARIANO DOS SANTOS, farmacêutico e LELINGTON LOBO FRANCO, químico, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comis-

são Especial, com o fim de apurar os riscos de vida e saúde dos funcionários Leonildo Marchioro e Maria I. Cavallari Fagundes, do Serviço Médico, deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 126/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 10223, de 17 de outubro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários FABIANO SIQUEIRA CUNHA, médico; CELSO MARIANO DOS SANTOS, farmacêutico e LELINGTON LOBO FRANCO, químico, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial, com o fim de apurar os riscos de vida e saúde dos funcionários José Checheliski e Nelson Ferreira de Araújo Filho, do Serviço de Conservação e Manutenção de Máquinas, do Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 127/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1911, de 14 de março de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários FABIANO SIQUEIRA CUNHA, médico; CELSO MARIANO DOS SANTOS, farmacêutico e LELINGTON LOBO FRANCO, químico, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial, com o fim de apurar os riscos de vida e saúde do funcionário Joaquim Antônio Rodrigues, ora prestando serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral

PORTARIA N.º 128/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar os funcionários EDILTON TREVISAN, médico nível PL "26", da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, CELSO MARIANO DOS SANTOS, farmacêutico e LELINGTON LOBO FRANCO, químico, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Especial, com o fim de apurar os riscos de vida e saúde dos funcionários nominados nos protocolos n.ºs 10750/76, 105/77, 4643/77 e 249/77, deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral